I CONGRESSO CRIM/UFMG

INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMOS

I61
Interseccionalidade e Feminismos [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-362-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Gênero, feminismos e violência.
1. Gênero. 2. Feminismo. 3. Interseccionalidade. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

I CONGRESSO CRIM/UFMG

INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMOS

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 1 - Interseccionalidade e Feminismos acolheu artigos que se desenvolveram a partir de uma perspectiva interseccional e da compreensão de como as discriminações de gênero se interligam com questões relacionadas à sexualidade, raça e classe. Temas que abordem as questões de gênero articulados com a divisão sexual do trabalho; a reconfiguração das práticas sociais e das relações trabalhistas decorrentes do capitalismo; os diversos processos culturais e identitários formativos relacionados à raça e sexualidade, sob perspectivas interdisciplinares. Foram propostas discussões sobre as diferentes estratégias de lutas por reconhecimento e direitos de movimentos democráticos contemporâneos, a partir de uma fundamentação teórica feminista que busca evidenciar a coexistência de mais de um sistema de opressão em relação às mulheres e outros agentes sociais.

A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE TEÓRICA

FEMINIST EPISTEMOLOGY AND ITS CONTRIBUTIONS TO STUDIES ON GENDER VIOLENCE IN BRAZIL: A THEORETICAL ANALYSIS

Ana Doroteia Santos Dias

Resumo

Este ensaio tece considerações sobre a Epistemologia Feminista e as contribuições insurgentes aos estudos de violência de gênero no Brasil, de modo a realçar os caminhos percorridos pela formulação do pensamento feminista, da crítica feminista à ciência, dos estudos de gênero pela perspectiva do Feminismo Negro, ao mesmo tempo em que pretende analisar a perspectiva da violência de gênero a partir de duas perspectivas essenciais: a dominação masculina e a dominação patriarcal.

Palavras-chave: Epistemologia feminista, Feminismo negro, Violência de gênero

Abstract/Resumen/Résumé

This essay discusses Feminist Epistemology and the insurgent contributions to gender violence studies in Brazil, in order to highlight the paths taken by the formulation of feminist thought, feminist critique of science, gender studies from the perspective of Black Feminism, at the same time, it intends to analyze the perspective of gender violence from two essential perspectives: male domination and patriarchal domination.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Feminist epistemology, Black feminism, Gender violence

INTRODUÇÃO

A ideia de trabalhar com a perspectiva feminista se dá pela necessidade de trazer a tona discussões da epistemologia feminista, do Gênero como categoria de análise e como essas abordagens conceituais confluem para a análise da problemática da violência de gênero. Ao longo da produção científica da humanidade a presença de mulheres era ocultada, na perspectiva historiográfica, tratava-se da universalização dos seres humanos, o homem branco, cis, hétero era o representante da humanidade, assim como o/os responsáveis pela produção epistêmica. O ensaio pretende realçar os caminhos percorridos pela formulação do pensamento feminista, da crítica feminista à ciência, dos estudos de gênero pela perspectiva do Feminismo Negro, ao mesmo tempo em que pretende analisar a perspectiva da violência de gênero a partir de duas perspectivas essenciais: a dominação masculina e a dominação patriarcal.

METODOLOGIA

O percurso metodológico desse estudo se ampara na perspectiva de análise teórica e de revisão bibliográfica. A historiadora Margareth Rago, aponta que a epistemologia feminista é pensada a partir do contraponto à visão universal e hegemônica, e na possibilidade da existência de várias epistemologias feministas, afinal o olhar e os métodos utilizados por pessoas situadas na Europa, pode não ser suficiente para abarcar as experiências da vivência brasileira e do Sul Global. Ela sugere:

> O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscurso**, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também naprodução do conhecimento científico (RAGO, 1998, p.3).

Com o princípio do estabelecimento da epistemologia feminista, surge o questionamento: Existe um método feminista? Sandra Harding demonstra que sim apontando que tratam-se de técnicas e métodos para coletar informações de forma diferenciada, algumas delas seriam: ouvir/entrevistar os informantes, observar o comportamento do seu objeto de análise, e examinar com cautela vestígios históricos. Nessa perspectiva a pesquisadora não estaria alheia ao seu objeto de estudo, ela faz parte dessa produção. Corroborando com a crítica à ciência feita por Rago, Harding demonstra que a ciência pensada pela perspectiva hegemônica causou danos na produção do conhecimento, pois partia de visões parciais da

sociedade, o oposto ocorre com a epistemologia feminista visto que inseridas no campo de pesquisa, usam de suas experiências femininas como alicerce para compreender as diferenças, para adicionar contraste as realidades e comparar diferentes hipóteses(HARDING1996, p.21).

A partir das décadas de 1980 e 1990, com a produção epistêmica de Joan Scott e o marco de seus estudos sobre a categoria gênero, as historiadoras brasileiras passaram a se relacionar com a História das Mulheres de forma diferenciada. Segundo Margareth Rago(1998, p.92), ocorria um deslocamento do sujeito histórico, ela considera uma "dissolução e historização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual"(RAGO, 1998,p. 92), era a chegada da categoria Gênero na historiografia. Nesse sentido, o gênero estaria imbricado em uma perspectiva dos papéis construídos do feminino e masculino, nas relações de poder resultantes dessas relações.

A categoria gênero surge quando o termo *sexo* passa a ser questionado por referir-se somente ao biológico. S*exo* não conseguia abarcar análises nas quais os aspectos culturais são primordiais para apontar diferenças sexuais construídas socialmente(SCOTT,1990, p. 72). Segundo Rago, essa categoria de análise inaugurou na historiografia a instrumentalização adequada para os estudos dos mundos femininos do passado, suas práticas, marcos históricos, suas narrativas, mas não somente. Ela também foi primordial para interpretar as ações masculinas, a relação que se dava entre esses dois agentes (masculino e feminino).

O pensamento feminista negro emerge prioritariamente para romper com essa lógica e demonstrar que as subjetividades e experiências de mulheres negras são essenciais na construção de uma epistemologia feminista. Patricia Hill Collins destaca que na produção epistêmica do feminismo negro ocorre um deslocamento do sujeito, as ideias advindas dessa produção epistêmica privilegiam o ponto de vista de mulheres negras, baseadas em três premissas fundamentais:

> 1- "é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras […] enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras".
> 2- "a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo".
> 3- "embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos

> de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas". (COLLINS, 2016, p.101-102)

A chegada dessa discussão ao Brasil é proporcionada por Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, ao se tratar da segunda onda do feminismo no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. A autora Lélia Gonzalez (1984) aponta o abismo explícito existente dentro do movimento. Segundo a autora, a ausência da discriminação racial fazia com que as mulheres brancas não discutissem as problemáticas enfrentadas por quem luta contra o racismo e sequer percebessem o quanto esse recorte influenciava na perspectiva de gênero. Para Gonzalez, "o movimento feminista brasileiro estava organizado a partir de um modelo ocidental e judaico-cristão que pouco ou nada considerava os dados étnicos e raciais da população brasileira e seu histórico escravocrata particular"(FERNANDES, 2016, p. 705). Sueli Carneiro(2003) discute uma perspectiva diferenciada ao pensar a feminilidade a partir da proposta de enegrecer o feminismo, para ela não há como dissociar as atribuições da categoria gênero das estruturas racistas que permeiam as relações brasileiras iniciadas no período colonial. Carneiro destaca como a discriminação racial determina a hierarquização da construção de feminilidade e masculinidade. Assim, determina, também, quais vidas importam ou não.

Pode-se afirmar que discutir o gênero pelas perspectivas de autoras negras e outras teóricas que considerem o recorte racial em suas análises é primordial para compreender diversas problemáticas vivenciadas pela população brasileira. Esse é um movimento de interseccionalização que deve ser considerado, retirar essa perspectiva da invisibilidade é muito significativo para romper com o movimento de universalização de narrativas e, igualmente, indispensável para compreender as razões do Feminicídio no Brasil ser grandemente imbricado em recortes raciais, a interseccionalidade será uma categoria de análise muito cara a análise das narrativas em torno do assassinato de mulheres.

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, 177).

A interseccionalidade foi um termo utilizado por algumas feministas negras ao longo da história, como por exemplo, Ângela Davis em "Mulheres, raça e classe" em

1981, mas o conceito foi cunhado em 1989 por Kimberle Crenshaw. Crenshaw evidencia que interseccionar é um movimento primordial para compreender as especificidades dos agentes sociais, as opressões vivenciadas por cada indivíduo nos âmbitos particulares e coletivos. Ela suscita essa abordagem a partir da sociedade norte-americana, porém aponta que é uma realidade explícita em diversas localidades do mundo, assim, também pode ser aplicada no Brasil. Interseccionar é compreender que existem diferentes secções sociais relacionadas e sobrepostas, tendo como fio condutor as estruturas racistas e misóginas imbricadas no convívio social.

Propor uma discussão sobre as violências vivenciadas historicamente pelas mulheres transita por algumas questões essenciais: por que essas violências ocorrem? O que motiva os algozes? Por que as taxas de feminicídio aumentam exponencialmente? Qual a razão das mulheres não conseguirem se emancipar de relacionamentos conturbados antes de um desfecho terrível? Ao refletir sobre esses questionamentos foi possível perceber que as causas destas questões são diversas, sendo assim torna-se impossível formular uma única conclusão, no entanto, as autoras Wânia Pasinato Izumino, Marilena Chauí e Heleieth I.B. Saffioti são essenciais refletir algumas perspectivas.

Marilena Chauí em seu trabalho "Participando do Debate sobre Mulher e Violência" (1985), no qual a autora evidencia a violência contra as mulheres como resultado da ideologia de dominação masculina, como ação resultante da hierarquização das diferenças existentes entre os gêneros com o objetivo de manter domínio, exploração e opressão. Nesse sentido, a autora aponta que a ação violenta trata o ser dominado, as mulheres, como "objeto", não como "sujeito" com o intuito de silencia-la e submete-la a abdicação de sua autonomia e liberdade, ou seja, o dominado perderia sua capacidade de pensar, querer, sentir e agir(IZUMINO & SANTOS, 2005, p.3). Segundo Chauí, essa violência é consequência da ideologia que define a condição "feminina" como inferior a "masculina", essas desigualdades hierárquicas formadas a partir de discursos masculinos incidem diretamente sobre o corpo da mulher, segundo a autora, a dominação masculina possibilita que esses discursos condicionem as mulheres ao silêncio(CHAUÍ, 1985, p.43).

A segunda corrente é pensada pela socióloga Heleieth Saffioti (1976), na qual a autora formula uma perspectiva feminista e marxista do patriarcado entendendo que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação formulado pela ideologia machista, mais do que isso, ele se configura em um sistema de exploração, onde a dominação masculina vincula-se não somente aos sistemas capitalista e racista, mas diretamente ao terreno econômico. Saffioti evidencia que o maior beneficiado com o sistema patriarcado-

capitalismo-racismo é o homem rico, branco e adulto(1976, p.50), nesse sentido, é esse cenário o precursor de uma sociabilidade na qual homens “devem” dominar mulheres e estas “devem” se submeter, como afirma a autora “submeter-se ao poder do macho”. Assim, compreende-se que a violência contra as mulheres resulta da sociabilidade machista, colocando homens no papel de agressores e mulheres atuando como submissas a este destino(SAFFIOTI, 1976, p.67).

Posinato e Santos defendem que a violência contra as mulheres resulta de uma relação de poder, entendendo o poder como dinâmico, considerando que ocorrem mudanças nos diferentes papéis que as mulheres em situação de violência vem assumindo, as autoras destacam a necessidade de definir a “violência de gênero” com maior rigor teórico, apontando a importância de incorporar todos os aspectos do conceito de gênero pensado por Joan Scott, evidenciando essa categoria de análise como um campo imbricado em relações de poder. Nesse contexto, diferenciando conceitualmente cada violência perpetrada contra as mulheres, salientando que deve-se considerar uma ampliação nos objetos de pesquisas com a perspectiva do gênero, pois não deve-se excluir as diferentes categorias sociais envolvidas nesse tema tendo em vista elucidar os papéis exercidos por homens e mulheres diante dessa adversidade, entendendo que ambos produzem os papéis sociais que legitimam a violência (SAFFIOTI, 1976, p.67).

CONCLUSÕES

Compreender a violência de gênero ampara a discussão de que os ciclos das agressões, que podem resultar no feminicídio, começam na inserção social dessas mulheres, em um contexto no qual durante a divisão dos papéis sociais ocorre uma hierarquização da ordem social favorecendo majoritariamente homens (IZUMINO & SANTOS, 2005, p.4). Maria Amélia Saad aponta que o desenvolvimento da dominação masculina perdura por tratar-se de uma característica aceita na sociedade de forma natural e inconsciente, legitimada e reproduzida pelos dois gêneros, assim, envolvendo as mulheres na permanência de alguns comportamentos opressores, como afirma a filósofa Simone de Beauvoir (2009) mostrando que a força da opressão masculina sobre as mulheres é maior, pois se encontram, entre as próprias oprimidas, conivência e cumplicidade nesses esquemas de percepção social.

Pensar a participação feminina nas relações de dominação masculina não significa dizer que as mulheres são opressoras, significa que essa violência simbólica é munida de todos os instrumentos necessários para seu funcionamento, pois são esquemas inconscientes de percepção, imbricados socioculturalmente, levando as mulheres a ratificarem essa

submissão. Como afirma Saad, para além da percepção da agência feminina nesse processo "a desestruturação desse esquema é um mecanismo extremamente difícil, devendo passar por um processo de '*des-historicização'* que precisa mostrar aos homens que eles também são afetados e dominados por essa lógica inconsciente e naturalizada" (SAAD, 2018, p. 29).

Pensar as causas da violência contra mulher perpassa os campos do simbólico, da construção de masculinidades e feminilidades, das estruturas da sociedade que conduzem o comportamento dos indivíduos. Requer uma análise dos estratos sociais envolvendo raça e classe, pois deve-se perceber que o fator econômico, o nível de instrução educacional, e o apoio familiar são determinantes na manutenção ou ruptura dessas relações. Para discutir relacionamentos violentos, nos quais grande parcela da população feminina está inserida, deve-se considerar as violências simbólicas que estas mulheres foram submetidas ao longo da vida, os aprendizados sobre o que é ser mulher, assim como a formação desses homens que tornaram-se agressores, e potenciais assassinos.

Pode-se perceber a dominação masculina nos relacionamentos quando compreende-se que nem toda violência é necessariamente física, as agressões podem ser psicológica, sexual, patrimonial e moral, podendo atingir, além da mulher, outros membros da família como crianças e idosos(WAISELFISZ, 2015, p. 25). Segundo o Mapa da Violência de 2020 e a Agência Patrícia Galvão, a partir da pesquisa chamada *Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer*, realizada no Brasil "cerca de 30% das mulheres que disseram ter sido agredidas pelo parceiro, afirmam que foram vítimas tanto de violência física como de violência sexual; mais de 60% admitem ter sofrido apenas agressões físicas" (MAPA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2018. p.25). Esse estudo mostra que essas agressões são vividas, majoritariamente, por mulheres adultas dentro de seus relacionamentos afetivos, fato que corrobora com as estatísticas de violência de gênero e feminicídio no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), Racismos contemporâneos (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora.

CHAUÍ, Marilena. "Participando do Debate sobre Mulher e Violência". In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.
COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.

FERNANDES, Danúbia de Andrade. O Gênero Negro: Apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

HARDING, Sandra. "Del problema de la mujer en la metodologia al problema de la metodología en el feminismo". IN:_____, *Ciencia y Feminismo*. Capítulo I. Madrid: Ediciones Morata, S.L. , 1996, p.15-27.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS; Cecília MacDowell. Violência contra as Mulheres e Violência de GêneroNotas sobre Estudos Feministas no Brasil. studios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, Universidade de Tel Aviv, em 2005.

RAGO, Margaret. 'Epistemologia Feminista, Gênero e História'. *In*: Joana M. PEDRO e Miriam P.

SAAD, Maria Amélia Pedro. A Trama das Mulheres Invisíveis: Análise da Abordagem de Feminicídio Íntimo no Jornalismo Popular. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 1976. Ver também Saffioti, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1987.

WAISELFISZ, Jacobo Julio. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. 1ª Edição, Brasília, 2015.